



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	4442/989/18
Poder	EXECUTIVO
Município	Mirassolândia
Entidade	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOLÂNDIA
Período	04/2018
Relator	Dr. Dimas Eduardo Ramalho
Unidade Fiscalizadora	UR-08 UNIDADE REGIONAL DE SÃO JOSE DO RIO PRETO
Responsável	JOAO CARLOS FERNANDES
Cargo	PREFEITO
CPF	785.813.978-91
Período de Gestão	01/01/2017 a 31/12/2020

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

Previsão acumulada	R\$ 5.083.333,16	
Realização acumulada	R\$ 5.794.232,61	
Variação	R\$ 710.899,45	13,9849%

Da análise do comportamento das receitas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit de arrecadação acima demonstrado.

2.2 - GF16 - Análise da Despesa (Execução Orçamentária)

Receitas Realizadas :	R\$ 5.794.232,61	
Despesas Liquidadas até o Bimestre	R\$ 4.924.913,19	
Resultado da Execução Orçamentária	R\$ 869.319,42	15,0032%

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit demonstrado.

2.3 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO

Resultado Primário Previsto na LOA	R\$ -66.500,00	
Resultado Primário do Anexo de Metas da LDO	R\$ 81.000,00	
Diferença	R\$ -147.500,00	221,8045%

Diante das alterações orçamentárias, verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada é inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida, devendo o órgão ser alertado, nos termos do artigo 59, §1º, inciso V, cabendo à auditoria acompanhar a realização dos ajustes nos períodos seguintes.

2.4 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.5 - GF23 - RPPS - Análise das Disponibilidades Financeiras do Regime Previdenciário

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.6 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

--	--	--

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOLÂNDIA	R\$ 648.513,13	R\$ 536.548,37

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOLÂNDIA	R\$ 0.00	R\$ 1.182.145,64	R\$ 0.00

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOLÂNDIA	R\$ 2.915,86	R\$ 0,00	R\$ 197.510,40

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.7 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
4/2017	R\$ 7.171.978,81	R\$ 15.342.817,08	46,7449%	54,0000%
8/2017	R\$ 7.346.881,55	R\$ 15.437.622,37	47,5908%	54,0000%
12/2017	R\$ 7.447.820,91	R\$ 14.773.265,34	50,4142%	54,0000%
4/2018	R\$ 7.748.167,49	R\$ 15.102.500,10	51,3039%	54,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, sendo necessária, porém, a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada, estando sujeito, ainda, às vedações previstas nos incisos I a V do parágrafo único do art. 22 da Lei já mencionada, haja vista o limite prudencial ter sido também alcançado.

2.8 - GF28 - Dívida Consolidada

Período	RCL	DCL	% Dívida
4/2018	R\$ 15.102.500,10	R\$ -476.989,42	-3,1583%
12/2017	R\$ 14.773.265,34	R\$ 801.349,70	5,4243%

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 120,00% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 3º, inciso II, da Resolução nº 40 do Senado Federal, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.9 - GF29 - Análise das Operações de Crédito (exceto ARO)

RCL	R\$ 15.102.500,10	
Operações de Crédito (exceto ARO)	R\$ 0.00	0,0000%
Limite Legal:	R\$ 2.416.400,01	

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 16,00% da RCL, demonstrando o cumprimento ao disposto no Inciso I, do artigo 7º da Resolução nº 43 do Senado, encontrando-se abaixo do percentual de 90,00% do limite, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.10 - GF30 - Análise das Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária (ARO)

Análise prejudicada em virtude da ausência de saldo decorrente de contratação de empréstimo por antecipação da receita orçamentária.

2.11 - GF31 - Análise de Concessão de Garantias

RCL	R\$ 15.102.500,10	
Concessões de Garantias	R\$ 0.00	0,0000%
Limite Legal	R\$ 3.322.550,02	

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 22,0000% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 9º da Resolução nº 43 do Senado, encontrando-se abaixo do percentual de 90,00% do limite, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.12 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	

<u>Restos a Pagar Processados</u>	R\$ 648.513,13	R\$ 0,00	R\$ 645.597,27	R\$ 2.915,86
<u>Restos a Pagar Não Processados</u>	R\$ 536.548,37	R\$ 0,00	R\$ 536.548,37	R\$ 0,00
Consignações	R\$ 126.790,42	R\$ 314.939,11	R\$ 306.705,29	R\$ 135.024,24
Depósitos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 5.336.192,89	R\$ 5.114.943,33	R\$ 221.249,56
Total	R\$ 1.311.851,92	R\$ 5.651.132,00	R\$ 6.603.794,26	R\$ 359.189,66

3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino

Receita Prevista Atualizada	R\$ 13.405.800,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 4.406.000,00
Índice Apurado	32,8664%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.

3.2 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 4.463.991,02	
Despesa Empenhada	R\$ 1.291.119,27	28,9230%
Despesa Liquidada	R\$ 1.284.475,27	28,7741%
Despesa Paga	R\$ 1.109.571,63	24,8560%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF.

3.3 - AE04 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 4.463.991,02	
Despesa Empenhada	R\$ 1.291.119,27	28,9230%
Despesa Liquidada	R\$ 1.284.475,27	28,7741%
Despesa Paga	R\$ 1.109.571,63	24,8560%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 212 da CF.

3.4 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada	
		R\$	%
R\$ 56.527,63	R\$ 641.644,06	R\$ 726.295,87	113,1930%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 21 da Lei 11.494/07.

3.5 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada Magistério	
		R\$	%
R\$ 56.527,63	R\$ 641.644,06	R\$ 497.115,87	77,4753%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 22 da Lei 11.494/07.

3.6 - AE07 - Aplicação dos Recursos do FUNDEF de Exercícios Anteriores

Saldo Anterior	Aplic. Financ.	Desp Empenhada	Saldo Atual
R\$ 0.00	R\$ 0.00	R\$ 0,00	R\$ 0.00

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município aplicou o saldo remanescente do FUNDEF recebido em exercícios anteriores.

3.7 - AE08 - Repasses Decendiais (Estimado)

O Município não forneceu dados cadastrais suficientes para a identificação das Contas Vinculadas.

4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

4.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde

Receita Prevista Atualizada	R\$ 12.705.800,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 3.500.500,00
Índice Apurado	27,5504%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

4.2 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 4.463.991,02	
Despesa Empenhada	R\$ 1.172.794,13	26,2723%
Despesa Liquidada	R\$ 1.168.137,76	26,1680%
Despesa Paga	R\$ 960.167,84	21,5092%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

4.3 - AS04 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Empenhada

--	--	--

Receita	R\$ 4.463.991,02	
Despesa Empenhada	R\$ 1.172.794,13	26,2723%
Despesa Liquidada	R\$ 1.168.137,76	26,1680%
Despesa Paga	R\$ 960.167,84	21,5092%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

5 - Assunto de Fiscalização: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRIMESTRAL

5.1 - ANÁLISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (DADOS ISOLADOS DA PM)

Receitas	Previsão	Realização	AH%	AV%
Receitas Correntes	R\$ 17.596.200,00	R\$ 6.114.126,44	-65,25%	105,52%
Receitas de Capital	R\$ 100.000,00	R\$ 533.333,32	433,33%	9,20%
Deduções da Receita	R\$ -2.446.200,00	R\$ -853.227,15	-65,12%	-14,73%
Receitas Intraorçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Subtotal das Receitas Orçam.	R\$ 15.250.000,00	R\$ 5.794.232,61	-62,01%	100,00%
Outros Ajustes		R\$ 0,00		0,00%
Total das Receitas Orçam.	R\$ 15.250.000,00	R\$ 5.794.232,61		100,00%
		R\$ -9.455.767,39		-62,01%

Despesas	Fixação Final	Execução	AH%	AV%
Despesas Correntes	R\$ 14.132.800,00	R\$ 4.742.160,24	66,45%	94,37%
Despesas de Capital	R\$ 594.700,00	R\$ 92.839,41	84,39%	1,85%
Reserva de Contingência	R\$ 100.000,00			
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Repasse de duodécimos				

	R\$ 570.000,00	R\$ 190.000,00	66,67%	3,78%
(-) Devolução de duodécimos		R\$ 0,00		0,00%
Transf. Financeira À Adm. Indireta	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Subtotal das Despesas	R\$ 15.397.500,00	R\$ 5.024.999,65	67,36%	100,00%
Outros Ajustes		R\$ 0,00		0,00%
Total das Despesas	R\$ 15.397.500,00	R\$ 5.024.999,65		100,00%
Economia Orçamentária			R\$ 10.372.500,35	206,42%
Resultado da Execução Orçamentária			R\$ 769.232,96	13,28%

O Resultado Geral da Execução Orçamentária, apurado com base nos dados enviados pela origem, demonstra que o órgão obteve um superávit no período, correspondendo a 13,28% da receita realizada.

5.2 - ANÁLISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (DADOS ISOLADOS DA PM) - LIQUIDAÇÃO

Receitas Realizadas	R\$ 6.647.459,76
Deduções da Receita	R\$ 853.227,15
Despesas Liquidadas	R\$ 4.755.137,35
Repasse de Duodécimos	R\$ 190.000,00
Devolução de Duodécimos	R\$ 0,00
Transferências Financeiras para Adm Indireta	R\$ 0,00
Resultado da Execução Orçamentária	R\$ 849.095,26

O Resultado da Execução Orçamentária foi apurado com base nos empenhos liquidados.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 14/09/2018

Hora da Geração: 23:00:11